

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Passemos ao primeiro item da pauta,

- “PL 35/2022, DO EXECUTIVO. Disciplina o procedimento administrativo de avaliação e indenização de construções utilizadas para fins residenciais e não residenciais havidas em assentamentos urbanos de interesse social. FASE DA DISCUSSÃO: 2ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA”.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Estão suspensos os trabalhos, por um minuto, dentro do acordo.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão.

Passemos ao encaminhamento de votação. A primeira oradora inscrita é a Vereadora Silvia.

Tem a palavra, para encaminhar a votação pelo PSOL, a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Sr. Presidente, Colegas Vereadoras e Vereadores, o projeto discute a necessidade de se indenizar famílias que moram em áreas de enchentes, de deslizamentos, que tiveram perdas de móveis e, muitas vezes, de vidas, casos dramáticos como os de Franco da Rocha, de outras cidades da Grande São Paulo e, o mais trágico deles, o de Petrópolis.

Em casos como esses, a indenização muitas vezes não resolve o problema; indenizar sem dar uma solução definitiva de moradia para essas famílias é a garantia de elas voltarem a ocupar áreas de risco. Foi o que aconteceu, por exemplo, em Petrópolis com muitas famílias que

foram indenizadas, mas como o valor não era suficiente para elas poderem comprar uma casa própria digna em um lugar seguro, acabaram voltando para locais aonde foram novamente vítimas de enchentes e deslizamentos.

Por isso, nós da Bancada Feminista do PSOL apresentamos quatro emendas a esse projeto, sendo uma sobre o valor, pois 60 mil reais não são suficientes para comprar uma moradia segura e digna na cidade de São Paulo nem em nenhum outro lugar. Apontem-me, Srs. Vereadores, um local seguro em um único bairro onde é possível comprar uma casa por 60 mil reais. Eu não conheço. Tanto é que o próprio Programa Pode Entrar estabelece o valor mínimo de 150 mil reais. A nossa preocupação com essa emenda é que as pessoas que forem indenizadas com o valor de até 60 mil reais acabem voltando para áreas de risco, e é por isso que nós apresentamos uma emenda para aumentar esse valor.

Nós também apresentamos uma emenda a fim de que as pessoas recebam não mais os valores em dinheiro, mas em forma de uma carta de crédito para que não se corra o risco de elas gastarem o dinheiro e não comprarem uma moradia digna em local seguro.

Nós ainda apresentamos mais outras duas emendas: uma que versa sobre indenização não somente de proprietário, mas também de locatários – afinal de contas, muita gente que mora de aluguel também não tem para onde ir; e outra que versa sobre a garantia de que esse projeto não seja de moradia definitiva, a fim de que as famílias que forem indenizadas não saiam da fila do atendimento habitacional definitivo. Isso é muito importante para que asseguremos que não haja uma maquiagem da fila sem diminuir a necessidade da moradia.

Foram essas as quatro emendas por nós apresentadas, e achamos que a forma como o texto foi redigido não atende as necessidades. Apesar de considerarmos muito importante a indenização, tem que ser uma indenização que garanta a compra de moradia digna e segura. E este projeto como está não vai garantir isso, por isso que nós, da Bancada do PSOL, encaminhamos o voto contrário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a

votação, a nobre Vereadora Erika Hilton.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL) – Sr. Presidente, obrigada.

Sr. Presidente, nobres Colegas, temos um projeto que todos sabemos da importância. Estamos assistindo há tempos o que as fortes chuvas, o que a crise climática tem promovido na cidade de São Paulo, mas, sem sombra de dúvida, em todo o País.

Penso que é consenso entre todos que estes projetos são projetos necessários e que se faz necessário dialogar com a necessidade dessas famílias que estão tendo suas vidas colocadas em risco pela ausência de um planejamento, pela ausência de uma política pública que debata a crise climática. Mas, que se faça isso com seriedade, que se faça isso com qualidade, que se faça isso consultando as famílias, a sociedade civil e não às pressas como a Prefeitura de São Paulo vem tentando fazer com os mais diversos temas sensíveis à vida da população. Dizer que vai se dar uma indenização irrisória...

Quando falamos indenizar, estamos falando na tentativa de resolver, solucionar um problema. Queria lembrar que esta Casa votou e aprovou um projeto que considera o valor mínimo para uma unidade habitacional no valor de 150 mil reais. E, agora, na sequência, querem aprovar outro projeto chamado de Atendimento Definitivo em uma indenização de, no máximo, 60 mil reais. É muito contraditório, Sras. e Srs. Vereadores, quando temos um projeto de habitação votado com o teto de 150 mil reais, e, quando estamos falando das famílias precarizadas, dos mais pobres, dos mais vulneráveis, daqueles que, de fato, precisam ser olhados porque as fortes chuvas têm ceifado vidas. São vidas que são perdidas por conta da crise climática.

É importante que haja um planejamento sério. É importante que esses projetos sejam discutidos, mas com seriedade. Não temos percebido essa seriedade para se falar nesta indenização e, repito, o termo indenização deve ser aplicado para reparação de um problema, para trazer respostas, para trazer soluções a uma problemática enfrentada pela população.

Não podemos entender que esta migalha, que este dinheiro que não vai solucionar o problema e a ausência de políticas habitacionais - é importante frisarmos que não temos

políticas habitacionais no âmbito municipal, no âmbito federal e as famílias estão sendo deixadas a sorte e aí chega este projeto que é contraditório, porque esta Casa já aprovou um projeto para unidade habitacional no valor mínimo de 150 mil com a autorização e consciência de V.Exas. e, agora, para as famílias que estão perdendo vidas, móveis, onde morar, a Prefeitura coloca um teto no valor de 60 mil reais.

É, de fato, mais um deboche, mais um escárnio com a cara da população. É, de fato, mais uma política que vai ganhar as manchetes no dia seguinte, mas que nada tem de compromisso com a realidade e com as necessidades daqueles que precisam, por isso que o nosso voto é contrário. Não porque consideramos menos importante. Não porque não compreendamos a urgência e a gravidade desse debate e desse projeto, mas é porque queremos fazer esse debate e a construção desse projeto ouvindo as pessoas, indo de encontro à real necessidade e com soluções efetivas.

Esta solução que nada tem a ver com a solução do problema apresentado com a crise climática não nos interessa. Temos, de fato, um problema e esse problema precisa ser resolvido de verdade e junto com as pessoas. Não em uma ideia que passa da Prefeitura para baixo e que em nada, absolutamente nada, dialoga com a necessidade, com a realidade, com as políticas habitacionais e também de enfrentamento a crise climática, porque precisamos enfrentar a crise climática. Eu mesma apresentei a esta Casa inúmeras alternativas de encaminhamentos a esta grave crise que vem assolando o nosso país.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – Boa tarde a todos e a todas.

Primeiro, falar que este projeto não veio pensando nas pessoas que estão morando em lugares vulneráveis. Este projeto é para atender às obras da Prefeitura ou qualquer obra, de repente, do Estado. As obras têm de ser finalizadas e aquelas residências estão atrapalhando.

E isso tem uma diferença muito grande, porque se vai se pensar nas pessoas que estão morando na beira de um córrego, que essas pessoas estão correndo risco de morte, se se pensa nelas como um todo, se vai se fazer algum tipo de projeto para tirá-las da área de risco, é uma coisa. Agora, tirar a parte que interessa ao poder público para continuar as obras, isso é totalmente diferente, porque as outras famílias que estão correndo risco continuarão correndo risco, porque não serão tiradas do local. Então, para mim, este é um debate que tem de ser levado em conta.

Eu tenho conversado com diversos urbanistas, especialistas e também com líderes comunitários e todos são unânimes ao afirmar que a indenização que está sendo ofertada não resolve o problema, podendo, inclusive incentivar novas ocupações. As pessoas podem sair da beira do córrego e, de repente, pegar 25 ou 30 mil reais, porque será difícil pegar o valor cheio de 60 mil reais, e essas pessoas acabarão ocupando áreas de mananciais ou de beira de córrego em outro local ou, inclusive, desmatando áreas – encontradas em abundância nas zonas Leste e Sul, por exemplo - para construírem o que der para construir com os 30 mil reais. Nós já passamos por isso em governos passados. Já tivemos como prática corrente a pessoa pegar um valor e construir em outro lugar igualmente de risco, precário. Então, vimos que, enquanto política habitacional, esse tipo de política não funcionou. Portanto, também temos de olhar as experiências de governos anteriores, inclusive municipais, e que não deram certo. E, agora, vamos fazer a mesma política e para quê? Simplesmente para nos livrarmos de um problema: ter de continuar uma obra, então se retiram as pessoas do local e: “Vamos dar isso daí que, pelo menos, já estamos dando alguma coisa para a pessoa”, só que isso não resolve o problema. Não resolve o problema das pessoas que estão saindo e não resolve o problema das pessoas que vão permanecer no local, com suas vidas em risco.

No meu entendimento, a solução efetiva para essas áreas de risco está no Plano Municipal de Gerenciamento de Risco, que já consta do Plano Diretor. Entretanto, até agora o Governo não fez nada, mesmo após sancionado o Plano Diretor.

O que o Plano de Gerenciamento de Risco disciplina? Disciplina que deverá haver: o dimensionamento das áreas de risco; a quantificação das famílias; a articulação com os programas de habitação, o realocamento preventivo e também a prevenção da formação de

novas áreas de risco. Nós, que andamos pela periferia, vemos o tempo todo novas áreas de risco sendo multiplicadas nesta cidade.

Então, se o Governo quisesse resolver mesmo, teria implementado o Plano Municipal de Gerenciamento de Risco, que está no Plano Diretor. Mas o Governo não implementou. Agora a pergunta que fica é: por que não fez a implementação do Plano Municipal de Gerenciamento de Risco?

Não adianta querer vender para a sociedade o seguinte: “Vamos fazer aqui um projeto de lei para dar conta, dar resposta aos problemas ocasionados pelas enchentes, pelas cheias e por todos esses desabamentos. Então, a cidade de São Paulo, este Governo está dando uma resposta”. Entretanto, esta resposta não funciona, porque outros governos já a testaram. Esta resposta é ineficiente; vai gerar um custo para os cofres públicos e não vai resolver o problema, e o Plano Diretor já disciplina um plano que deveria ser implementado, mas que não foi.

Então, se quisesse dar uma resposta, a resposta teria de ser outra, consistente, uma coisa de curto, médio e longo prazo.

Assim também como o plano de recuperação de fundos de vale e parques lineares, que também está no Plano Diretor e não foi implementado, o Governo não fez nada para elaborar esse plano. E esse plano falava das intervenções urbanas de fundos de vale, implantação de parques lineares, urbanização de favelas e ações de saneamento e drenagens. O Governo já tinha a linha que deveria ser implementada, não fez em todos esses anos e agora quer enganar a população e a imprensa falando que está dando uma resposta a isso.

É lamentável tudo isso, porque estamos sofrendo a maior crise climática de todo este planeta, estamos percebendo as chuvas cada vez mais fortes. Outros planos, ou de arborização na Cidade, programas, não têm funcionado direito, a própria imprensa vem noticiando isso. E sabemos que isso é importante para mitigar os efeitos dos gases do efeito estufa. Ou seja, o meio ambiente está clamando e infelizmente esse Governo faz muito pouco. E por isso vamos votar contra esse projeto, porque não atende as necessidades do povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Antonio Donato.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, todos que nos acompanham pelas redes sociais da Câmara Municipal, a Bancada do PT votou, em primeira, a favor desse projeto, apresentou três emendas, tínhamos o acordo de incorporação de duas e infelizmente só uma parece que vai se concretizar.

Mas peço permissão ao Sr. Presidente para ir do geral para o particular, como diz a boa teoria política. Vamos do geral para o particular, porque tudo está interligado. Quero fazer uma rápida apresentação sobre a situação orçamentária da Prefeitura, já fiz ontem aqui, rapidamente, também vou fazer rapidamente porque o meu tempo não é muito grande, só para lembrar, Sr. Presidente, a Bancada do PT tem 15 minutos, pelo acordo?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Pode utilizar 15 minutos.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Talvez não use, mas só queria garantir. Vamos para a apresentação.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Vejam a situação da Prefeitura a valores atualizados. São valores de hoje, tivemos um caixa absolutamente recorde, dezembro de 2021, de 23 bilhões 968 milhões. Vemos que historicamente na virada dos governos, que é o tracejado amarelo, 5 bilhões 656, que foi da Gestão Haddad para a Gestão Doria; 9 bilhões 649, da Gestão Doria para a Gestão Covas; 6 bilhões 294, segunda Gestão Doria/Covas; 19 bilhões 348, agora na virada da Gestão Ricardo Nunes, um número absurdo, nunca a Prefeitura teve tanto dinheiro.

Mas o próximo gráfico é o mais importante, Gestão Kassab, média de investimento, todos os valores atualizados e corrigidos pelo IPCA, então é comparável, 4 bilhões 923, média de caixa 7 bilhões 433; média da Gestão Haddad, investimento 5 bilhões e um, média de caixa 7 bilhões 697, muito parecida com a Gestão Kassab, era um padrão da Prefeitura. Vamos para a Gestão Doria/Covas, média de investimento 3 bilhões 287, despenca, e a média de caixa 12 bilhões e 500. Ou seja, olhem só a situação, com muito mais dinheiro e muito menos investimento.

Ou seja, a Prefeitura de São Paulo, com recursos que a população paga através dos seus impostos, das transferências concepcionais e tudo mais, e uma incapacidade brutal de atender a população com investimentos que a Cidade precisa.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) - Próximo *slide*. Em relação a 2020, 2021 teve um aumento de 2,8% nos empenhos; aumento de 6% no custeio; redução de 1,4 bi, 4,7% no pessoal. Mas nos projetos, que são os investimentos, houve uma redução de 13,3%. Ou seja, uma redução enorme em relação a 2020,

Outro dia, eu vi uma entrevista com o Secretário de Finanças na rádio CBN, onde ele falava “Não, mas sabe o que é? Primeiro ano de gestão acontece isso”. Mas não é primeiro ano de gestão, é quinto ano, é continuidade, não tem o menor sentido despencar o investimento. E quando se fala em investimento, não é algo abstrato, é investimento em educação, em saúde, em combate à enchente, em prevenção ao risco. É disso que nós estamos falando. E, mesmo com muito mais dinheiro em caixa, o investimento vem caindo.

O Sr. Prefeito fala que precisa retomar a atividade econômica: “Precisamos retomar a atividade econômica”. Ora, uma das formas clássicas de retomar a atividade econômica é investimento público. O Brasil sempre foi assim, é só estudar 10 minutos de economia: o investimento público puxa o investimento privado. Isso é da história econômica do país, não só do Brasil, do mundo; mas vamos falar do Brasil. Mas o investimento público não é puxado, ele

está entesourado.

A Prefeitura não é mais Prefeitura, ela virou um banco; podia mudar de nome. Aliás, podia voltar a Prefeitura à sede do Santander. Pode voltar e falar a dotação de ser um banco continua impregnada nas paredes da Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Foram vocês que compraram aquele prédio da Prefeitura.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Pois é. Mas não era para ser banco, era para ser Prefeitura. Só que vocês transformaram em banco de novo.

Sr. Presidente, o senhor que é uma pessoa muito influente na Prefeitura sabe que o que eu estou falando é verdade, que a capacidade da Prefeitura de investir é monstruosa. Mas nós vamos continuar. Próximo *slide*.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Agora nós vamos para um debate de área de risco, de prevenção e combate a enchentes. Vejam só. Percentual da receita para investimento, manutenção e combate a enchente. Em 2014, foi o ápice, foi 1,75% do Orçamento; em 2021, nós estamos com 1% do Orçamento para combate a enchente e áreas de risco e tudo mais. Ou seja, estamos fazendo muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Permita-me, nobre Vereador. Queria anunciar a presença do nosso sempre Vereador e Conselheiro Eduardo Tuma, que fica no plenário em vez de ficar aqui comigo. Uma salva de palmas ao nosso amigo, acima de tudo. Ele fica aqui tomando cafezinho conosco e não aguenta ficar aqui, quer conversar com todos. É uma maravilha isso. Volta para cá.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Bem-vindo Conselheiro Tuma.

Então, nós temos um percentual de investimento em combate a enchentes, por exemplo, que tem a ver com risco, muito aquém do que já foi.

Esse é o último *slide*.

Por isso, nós apresentamos uma emenda simples, que foi aceita pelo Secretário da Habitação neste plenário, foi uma das razões de votarmos a favor em primeira. E o que quer dizer a emenda?

Dava um prazo para que o *Plano Municipal de Prevenção de Risco*, previsto no Plano Diretor em 2014, fosse apresentado. Ou seja, que a gente não tivesse somente medidas pontuais, como esse projeto aponta, uma medida pontual, cuja natureza e efeitos podemos discutir, mas que tivesse uma política integrada de gestão de área de risco. Evidentemente, não é somente dar dinheiro para uma família sair de uma frente de obra; às vezes, é necessário, mas é necessário muito mais que isso – é necessário atendimento habitacional, é necessário ter política de assistência social, é necessário ter política de obras de contenção, que, às vezes, implica não remover a família, mas manter a moradia com obra de contenção. Há uma série de medidas integradas que tem que ser planejadas e feitas. E isso foi apontado no Plano Diretor em 2014. Mas, até hoje, é letra morta.

E qual foi a emenda da Bancada do PT: em 120 dias, a Prefeitura apresenta o plano a esta Casa. “Ah, 120 dias é pouco?” “Cento e oitenta?” Mas dá no prazo. Mas o governo não quis aceitar essa emenda – que aceitou aqui no Plenário, pela palavra do secretário, mas o governo recuou. Então lamentamos muito.

Nós apresentamos outra emenda, a de atualização pela inflação dos valores apontados como indenização às famílias. O governo sinalizou que essa emenda foi aceita.

E uma terceira emenda: que o Conselho Municipal de Habitação, com a representação dos movimentos de moradia, da sociedade civil, pudesse acompanhar e deliberar política para isso. Mas infelizmente também a participação social não foi aceita.

Mas o que leva a essa política de caixa alto e incapacidade administrativa para fazer as coisas? E agora eu vou para a parte da denúncia, que vai ter consequências no Tribunal de

Contas.

Viu, Conselheiro, é bom S.Exa. estar aqui, porque eu vou representar no Tribunal de Contas. Eu não sei se S.Exa. é relator dessa área, mas já fica sabendo do que eu vou falar.

A incapacidade de fazer uma licitação de obra, de fazer alguma coisa estruturada de política na cidade de São Paulo, leva ao quê? Ao aumento das emergências na Secretaria de Obras, na Siurb.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Em 2017, 11 emergências, 9 milhões, 335 mil.

Depois, S.Exa. pode explicar aqui, mas vai ter que explicar o aumento das emergências, que eu sei em qual situação tem emergência; e eu acho que em várias situações tem que fazer emergência. Mas vamos ver a média de emergências.

Em 2017, 11 emergências, 9 milhões, 335 mil.

Em 2018, 9 emergências, 14 milhões, 667 [mil].

Aí, em 2019, a coisa já muda de figura: 37 emergências, 107 milhões.

Em 2020, 30 emergências, 83 milhões.

Em 2021, 57 emergências, 195 milhões. Liquidado, o empenhado é 208 [milhões].

Em que dia nós estamos hoje? Seis de março. Nem todas foram publicadas ainda.

Em 2022, 28 emergências, 29 milhões.

Ou seja, não se faz obra, não se planeja, não se licita, mas se faz emergência.

O que é uma emergência? Muitas vezes é necessário fazer emergência.

O que é uma emergência? Muitas vezes, é necessário fazer emergência.

Teve agora a situação da linha do trem. É uma emergência clara. Ali tem que fazer uma emergência.

Qual é o procedimento na emergência? Chama-se uma empresa – e isso é de livre escolha da administração pública – e se fala: “Você tem três meses para fazer a obra”. Você empenha no fim o valor, e você só vai saber o orçamento final no fim, porque é uma emergência.

É muito diferente do processo de licitação. Mas o que temos hoje? Obras que estão há quatro anos parados.

Eu já falei aqui da Rua Francisco de Holanda, no Campo Limpo, do Córrego Diniz. Quatro anos parada, e agora se faz emergência. Quatro ano para fazer a licitação, com dinheiro no orçamento. O Orçamento da subprefeitura era de seis milhões de reais, e faz uma emergência por 15 [milhões].

Aliás, o Prefeito foi ontem inaugurar tanto o Córrego dos Brancos quanto o Córrego Diniz. Duas emergências de 100 metros, por 15 milhões. Um quilômetro é 150 milhões, imaginem o custo desse Córrego, e não é dos maiores.

Então, vejam só o nível de descontrole em que está a Prefeitura de São Paulo com o dinheiro público. Muito dinheiro em caixa, incapacidade administrativa, não tem projeto, daí, bate o desespero e faz a emergência.

Depois, eu vou mostrar a lista das empresas que estão sendo convidadas para a emergência, mas isso é para outro momento. Vou apresentar ao Tribunal de Contas a lista das empresas. Depois nós vamos nos sócios das empresas e vamos ver as relações desses sócios. Nós vamos até o fim com isso, Presidente, porque é um absurdo o que estão fazendo na cidade de São Paulo.

É um escândalo o que está sendo feito. E isso tudo tem a ver com área de risco porque é dinheiro que se fosse planejado por uma política integrada de área de risco ia render muito mais.

Então, Sr. Presidente, a Bancada do PT lamenta muito que a principal emenda apresentada para termos um prazo de apresentação do Plano Municipal de Prevenção a Áreas de Risco não tenha sido aceita. Uma emenda simples que só dava um prazo para apresentar o Plano, prevista no Plano Diretor há sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Não cabe aparte, Vereador Donato. Só foi apresentada uma. Tinham duas emendas; eu parei a sessão...

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Foi discutida com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Eu parei a sessão para apresentar uma emenda.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Foi discutida com o Governo, e o Governo disse não. Mas, enfim, era isso que queríamos registrar aqui.

Nós consideramos que o Projeto – e eu conheço bem a situação que originou a vinda desse projeto para aqui, porque batalhamos muito para canalizar o Córrego Antonico no Paraisópolis, e o problema de remoção de pessoas na frente de obras é lá no Córrego Antonico; nós íamos fazer uma lei para resolver um problema pontual. Pode até ser que ela sirva para resolver outros problemas. Em função disso, que sabemos onde está o problema específico, a natureza desse problema e que é importante canalizar aquele Córrego que já provocou tragédias no Paraisópolis, a Bancada do PT tende a votar sim.

Vamos fazer uma conversa, vamos reunir, mas só por isso, porque o projeto é pontual e não discute como deveria ser a discussão das áreas de risco diante das tragédias de Franco da Rocha, de Petrópolis, estamos perdendo uma chance enorme de fazermos um debate mais qualificado, mais aprofundado.

Mas a boa vontade da Bancada do PT em resolver os problemas concretos do povo, talvez, nos faça votar a favor com muitos problemas porque o básico que havia sido negociado com a Bancada do PT não está sendo respeitado, que é apresentar o Plano Municipal de Prevenção a Áreas de Risco em quatro meses. Isso era o básico que tinha sido negociado.

Nós vamos refletir e avaliar de que maneira vamos trabalhar.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – (Pela ordem) - Só para registrar que foi discutido amplamente com o Governo, dialogado, e, segundo as informações, o Governo havia acolhido as nossas emendas. Eram três, mas o compromisso era de duas serem acolhidas. Então, isso foi discutido. Por essa razão, votamos favorável em primeira, com o compromisso de, em

segunda, garantir que fossem acolhidas as nossas emendas. Foi esse o compromisso.

Obrigado.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – É isso, Sr. Presidente. E nós vamos continuar indo a fundo nessas emergência, V.Exa. pode ter a certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – É uma obrigação de todos nós fiscalizarmos o Executivo, o órgão de controle, nós devemos fiscalizar seguramente.

Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Alfredinho para cumprirmos o acordo.

O SR. ALFREDINHO (PT) – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, na verdade, esse projeto chegou no momento em que, realmente, se discute, e aconteceram fatos preocupantes em São Paulo como em outros Estados.

O problema da área de risco eu vejo que sempre fica muita preocupação. Aliás, se eu fosse Prefeito dessa cidade algo que eu faria seria acabar com áreas de risco. Eu poderia não fazer nada, mas área de risco teria de acabar. E acho que dá para acabar com área de risco, basta ter boa vontade política.

Esse projeto não consegue acabar com área de risco. Esse projeto vem remediar coisas emergenciais, mas área de risco é muito maior do que isso. É muito maior.

Eu, a princípio, não sou a favor de pegar um valor e indenizar uma pessoa que está morando em área de risco e dizer: “Olhe, aqui estão 60 mil reais. Pegue esse dinheiro e vá embora. Compre outro lugar para você”. Com esse valor não é possível comprar nada. Todo mundo sabe que um barraco de madeira em uma comunidade custa muito mais do que isso.

Melhor seria aumentar o aluguel social, agora chamado de auxílio moradia no projeto. Seria muito melhor aumentar o auxílio moradia, porque 600 reais também não são suficientes para alugar uma casa com dois cômodos pelo menos. Não dá para alugar, mesmo se for na periferia.

Deveriam aumentar o valor do auxílio moradia para que as pessoas pudessem realmente alugar um local decente para morar. Que essas pessoas viessem para o programa de moradia e que se construísse um programa de moradia prioritário especificamente para as que estão no aluguel social - e já são mais de 21 mil.

Isso ocorre desde a época do Kassab. Eu cheguei como Vereador na época do Kassab. Foi o meu primeiro mandato e já estou no quarto. Foi no Governo Kassab que nasceu essa história do aluguel social e até hoje se gasta esse montante de recurso e não resolvem o problema.

Se é verdade que a Prefeitura tem esse monte de dinheiro, que muito bem falou o Vereador Antonio Donato e é verdade, por que eu não vejo nenhuma grande obra? Não vejo, é verdade. Sinceramente não vejo nenhuma grande obra nessa cidade acontecer. Pode ser até que estejam guardando dinheiro para que aconteça ano que vem, devido ao fato de ser um pré-ano eleitoral. Mas, no momento a cidade está sofrendo.

Nobre Vereador Sidney Cruz, eu estava passando essa semana no Alvarenga e vi que aquilo está um absurdo. Ali merece uma grande obra, pois embora não seja área de risco, possui um trânsito que ninguém consegue trafegar mais na parte da tarde. Fica parado quase no início da Sabará. Foi feito o Conjunto Espanha, porque muita gente de área de risco está ali também e não se projetou nada, não deram continuidade.

Um projeto que na época, eu me lembro bem, previa melhoria das vias, aumento da área transitável e uma série de outras obras. Nada foi feito e está naquela situação. Portanto, com toda a nossa responsabilidade, a Bancada do PT, conversando entre nós, deveremos votar favorável ao projeto, por conta dessa preocupação com as pessoas que estão em área de risco, mesmo sabendo que não é um projeto que resolverá o problema. Isso está claro para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - Tem a palavra, para encaminhamento de votação, o nobre Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, público que

nos assiste pela TV Câmara, hoje mais uma discussão nesse encaminhamento de votação de um projeto importante do Executivo, que “disciplina todo o procedimento administrativo de avaliação e indenização de construções utilizadas para fins residenciais e não residenciais havidas em assentamentos urbanos de interesse social”.

A primeira coisa a se dizer sobre esse projeto é que ele visa a salvaguardar vidas, ou seja, salvar vidas em primeiro lugar. Quando falamos em área de risco na cidade de São Paulo estamos falando de pessoas que residem, infelizmente ainda, nessas situações. O Poder Público, através de obra ou de reurbanização desses locais precisa retirar essas famílias.

Quero dizer também aos Srs. e Sras. Vereadoras, Vereador Sansão Pereira, que o atendimento prioritário, inclusive dito pelo Secretário de Habitação João Farias em audiência pública, que visava esclarecer e dirimir dúvidas acerca do projeto, ele informa que essa indenização é uma alternativa ao atendimento principal que a Prefeitura do município de São Paulo faz quando você tem uma obra em uma área de risco e é preciso remover as famílias daquele local, salvaguardando em primeiro lugar a vida dessas pessoas, das famílias dessas pessoas. E o atendimento é o auxílio-aluguel, num primeiro momento; e as pessoas que aceitem o auxílio-aluguel terão como garantia o atendimento definitivo com uma unidade habitacional na cidade de São Paulo. Só que não se constrói unidade habitacional do dia para a noite, mas a vida das pessoas, infelizmente, através de uma tragédia, pode ser retirada a qualquer momento. Por isso, uma das alternativas aventada, principalmente quando se faz a solicitação de retirada das famílias com o atendimento do auxílio-aluguel e, posteriormente, o atendimento definitivo. Mas, algumas famílias falam o seguinte: eu prefiro ser indenizada, não quero ir para um apartamento, eu quero ter um valor para iniciar uma nova jornada, para que eu possa comprar uma unidade ou dar entrada em uma unidade ou construir em outro local. Essa é a alternativa que nós estamos dando, estamos dando a condição de uma indenização social e também, automaticamente, uma avaliação do imóvel dessa pessoa que chegará a um limite de 60 mil reais. Essa então é a situação mais importante que o Prefeito Ricardo Nunes, que a Prefeitura do Município de São Paulo, que a Secretaria de Habitação, que a Secretaria de Infraestrutura e

Obras, vão ser os responsáveis por fazer essas obras, seja canalização, seja uma obra de reurbanização importante para poder retirar essas famílias e poder indenizar, que é o que estamos aprovando como alternativa, que é um atendimento que a Prefeitura do Município de São Paulo já faz. Acho que tudo isso está muito claro acerca desse projeto.

Eu queria só, Sr. Presidente, no tempo que me falta, me contrapor a fala do Vereador Antonio Donato, a quem respeito muito, tenho muito respeito por V.Exa. Vereador Antonio Donato. Realmente a situação financeira do Município, perto de muitos outros e de situações anteriores, é boa, é boa. Mas nós sabemos o quanto a Prefeitura - e não falo somente da gestão Bruno Covas, da Doria, podemos falar da gestão do ex-prefeito Fernando Haddad, do ex-prefeito Kassab, os mais experientes desta Casa sabem - o quanto é difícil gastar o dinheiro público, mas o Prefeito Ricardo Nunes e principalmente falando da atual Gestão, o Plano de Metas que baliza as ações da municipalidade, que inclusive é um documento é público, Vereador Atilio Francisco, V.Exa. que é um experiente Vereador relator na Comissão de Finanças do Orçamento Municipal, o Plano de Metas norteia as ações do Município ao longo de quatro anos.

Então, esses dados do Vereador Antonio Donato, eu respeito, mas não tenho certeza de que esses dados podem refletir a realidade financeira da cidade de São Paulo, preciso checar com a Secretaria de Finanças, inclusive posso me colocar à disposição para um debate amplo com o Vereador Antonio Donato acerca das Finanças e dos investimentos da cidade de São Paulo. É lógico, temos alguns parâmetros que devemos levar em conta, o ano de 2020 com pandemia, o ano de 2021 com pandemia, em estado de exceção. Qual foi então a prioridade do Governo Bruno Covas e do Governo Ricardo Nunes? Salvar vidas, evitar que a pandemia proliferasse na cidade de São Paulo, com investimento na Saúde, e hoje termos condições, como anunciado pelo Governo do Estado, de começar a ser liberada a questão das máscaras.

Ora, eu preciso fazer uma análise: ou faço investimentos ou cuido das pessoas. Cuidar da saúde das pessoas é investir em dez novos hospitais na cidade de São Paulo, 19 UPAs. Isso tem um custeio que não é barato.

É claro que nós precisamos fazer uma análise muito fria, não no calor de uma discussão acerca de um projeto, mas ter sempre o retrovisor para olhar o passado, mas pensar

no presente e no futuro.

Quero acreditar, confio nisso, porque acredito no Governo do Prefeito Ricardo Nunes, sei o quanto ele é competente, o quanto os Secretários estão se desdobrando para que nós possamos colocar investimentos na Cidade, atendendo as pessoas cuidando delas, protegendo-as, de forma que elas morem com qualidade de vida na cidade de São Paulo.

Quando nós falamos nisso, estamos falando em obras essenciais e de emergência. Aqui o nome já dá a ideia: emergência. A obra de emergência, muitas vezes, como se sabe, na cidade de São Paulo, não tem condições de esperar uma licitação tradicional, porque o nome já diz que é emergência. Nós tivemos no início deste ano muita chuva que arrasou, sem contarmos o ocorrido em outros anos.

Vou dizer até por conta de Perus, local que eu milito, onde há um projeto do Ribeirão Perus há mais de 30 anos, que assola a nobre Vereadora Ely Teruel, que é lá da região do Morro Doce. Sabem há quantos anos estamos brigando para que isso saia do papel? Há décadas. Aguardamos enquanto não temos um projeto definitivo, que foi licitado agora, para o Córrego Ribeirão Perus, que terá três piscinões para fazer a contenção das águas da chuva e parar as enchentes na região central de Perus.

Só que, enquanto o projeto não sai do papel, a chuva arrasa e aí vêm as obras emergenciais. São pontes e ruas que caem. Por isso, a quantidade é excessiva, mas existe um regramento, inclusive, para o gestor público, coordenador de despesa, que sabe da responsabilidade quando decreta uma obra de emergência.

Não se pode falar que a obra de emergência é listada a qualquer preço. A obra é de emergência, o nome já diz. Quem teve passagem em subprefeituras, como eu tive, trabalhando e conhecendo o quanto é importante dar a resposta de forma imediata, porque há obras que não podem esperar a licitação. Nós precisamos fazer de forma emergencial.

Eu confio muito na Gestão, assim como nas pessoas que vão decretar essa emergência, principalmente na Defesa Civil que é um dos setores que emitem parecer acerca das obras de emergência na cidade de São Paulo.

Eu quis fazer esse breve resumo, mostrando que, ao discutir um projeto, se entra em

outra seara, em outra condição de discussão de coisas importantes para a Cidade, como o orçamento. Mas nós precisamos ter a responsabilidade de mostrar ao cidadão, aquele que paga o imposto, aquilo que a Prefeitura faz, como executa e que também precisa prestar contas.

Nós, Vereadores, temos como característica principal a fiscalização. Agora, muitas vezes me entristece, como Vereador, saber que se socorre mais a controles externos do que à própria função de Vereador de fiscalizar, trazendo à baila deste Plenário qualquer que seja a crítica.

Ainda assim, acredito que a crítica deve ser construtiva do ponto de vista da melhora, pois nós somos responsáveis com a Administração Pública. Cada Vereador que está aqui é corresponsável. Aqui não vale o quanto pior melhor, mas tem de prevalecer o diálogo, a construção da crítica que venha agregar, porque quem sofre é a população da cidade de São Paulo, principalmente a mais carente. As das franjas da Cidade que precisam dessa atenção.

O Prefeito Ricardo Nunes tem dado atenção, como o Prefeito Bruno Covas também deu.

Por isso confio muito e tenho a clareza e a certeza de que os projetos do Executivo, as falas, aqui, muitas vezes critica a Oposição, servem para que possamos cada vez mais melhorar. Nossos corações têm que estarem abertos a essas críticas, sim. Corroborar as informações que são dadas, como eu já disse, respeito muito a posição do nobre Vereador Antonio Donato e de outros Srs. Vereadores, mas são dados que ele apresenta. Eu não tenho esses dados, do Governo, para contrapor. Mas no momento oportuno, com certeza trazemos a baila deste plenário, desta Casa de Leis, dos Srs. Vereadores que militam em todas as franjas da cidade, na área central, em cada um no seu setor, mas que busca sempre a melhoria e a qualidade de vida das pessoas. E esse projeto já encaminho voto “sim”.

Encerrando, quero dizer o quanto é importante esse projeto e o quanto foi debatido em audiência pública – importantíssimo - com a vinda do Secretário. Isso se faz e é mister dessa administração, ser bastante transparente. Trazer o Secretário para dirimir qualquer dúvida.

Sr. Presidente, encerrando, quero fazer um encaminhamento, aos Srs. Vereadores. Agradecer, inclusive, ao nobre Vereador Senival Moura, Líder da Bancada do PT, mesmo com

algumas divergências acerca do projeto, entende a pertinência, e o voto “sim” da Bancada do PT. Enriquece o debate e com certeza, iremos cada mais, melhorar, inclusive, a V. Exa. nobre Vereador Antonio Donato, melhorar o nosso diálogo para que as propostas sejam cada vez mais incluídas como foi feito pela Bancada do Republicanos; como foi feito pelo nobre Vereador Sidney Cruz, do Solidariedade; como foi feito pela Bancada do PL, pelo nobre Vereador Thammy Miranda que tem uma emenda que será acatada. Todos os partidos. O Partido do PSD, pela nossa Líder Edir Sales, nobre Vereador Rodrigo Goulart. A UNIÃO Brasil, ao MDB, são os partidos que, de uma forma ou de outra, convergem, mas discutimos aquilo que é importante para melhorar cada projeto nesta Câmara Municipal de São Paulo.

Parabéns Sr. Presidente, pela condução dos trabalhos. Muito obrigado. Voto “sim”.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, pela ordem. Tínhamos protocolado um substitutivo, só gostaria ter essa certeza, se V.Exa. enviou para publicação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Encaminho para publicação o substitutivo retirado.

Não há mais oradores inscritos para o encaminhamento de votação.

A votos o PL 35/22, do Executivo. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Antonio Donato.

O SR. ANTONIO DONATO(PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, requeiro, regimentalmente, uma verificação nominal de votação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – É regimental o pedido de V.Exa. A

votos o PL 35/22, do Executivo. Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários, “não”.

- Inicia-se a votação de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Voto “sim”. Encaminho voto “sim”.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”. Encaminho voto “sim”.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MILTON FERREIRA (PODE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. FARIA DE SÁ (PP) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. RUTE COSTA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. THAMMY MIRANDA (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ELI CORRÊA (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. CRIS MONTEIRO – (NOVO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ISAC FELIX (PL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SANDRA SANTANA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”. Em que pese o Governo não cumprir, na íntegra, o acordo feito com Bancada do Partido dos Trabalhadores, mas estamos mantendo nosso acordo. Voto “sim”, espero que a Bancada siga votando “sim”.

O SR. JAIR TATTO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MILTON FERREIRA (PODE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ALFREDINHO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. FELIPE BECARI (PSD) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. XEXÉU TRIPOLI (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GEORGE HATO (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DR. ADRIANO SANTOS (PSB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, eu sigo o André Santos voto “não”.

O SR. FARIA DE SÁ (PP) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RUBINHO NUNES (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DELEGADO PALUMBO (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ELY TERUEL (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. JANAÍNA LIMA (NOVO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Votou pelo painel, André Santos, eu ouvi a voz dele. Pode registrar que ele votou aqui pelo *chat*, com viva-voz.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Milton Leite, verifica-se que votaram “sim” os Srs.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Encerrado o tempo de votação.

Passemos à proclamação do resultado. Peço que consultem o painel se há pendência. Não há pendência. Votaram “sim” 41 Srs. Vereadores; “não” 06 Srs. Vereadores, absteve-se de votar 1 Sr. Vereador. O projeto está aprovado.

Há sobre a mesa emenda, que será lida.

Peço que o Vereador Holiday leia a emenda nº1, pois votarei simbolicamente as emendas.

- É lido o seguinte: (emenda nº 1 PL 35/22)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – A votos a emenda. Os Srs.

Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovada a emenda.

Há sobre a mesa outra emenda, que será lida.

- É lido o seguinte: (emenda nº 2 PL 35/22)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – A votos a emenda. Os Srs.

Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovada a emenda, vai à redação final.

Tem a palavra, para declaração de voto pelo PSOL, a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Boa tarde, Sras. e Srs. Vereadores. Falo sem máscara porque estou a distância de meus Colegas e o microfone foi devidamente higienizado.

Declaro, com tristeza, que votei contrariamente a esse projeto de lei. Votei “não” com tristeza, pois existia uma expectativa por parte da Bancada do PSOL de que seria possível fazer alterações para melhor; de que seria possível fazer desse projeto – que é um remendo temporário que vai nos gerar mais problemas – uma política real de habitação e uma defesa real da população que hoje está em áreas de risco.

Esse projeto está sendo vendido como um remédio contra o problema que são as famílias em áreas de risco; no entanto, ele não garante que as famílias ficarão fora dessas áreas. Pelo contrário: o que o projeto coloca é que determinadas áreas de risco – que serão escolhidas pela Prefeitura – terão um valor depositado para as famílias, as quais não serão acompanhadas. Não se sabe, por exemplo, se elas irão para outras áreas de risco. Porque, com o valor pequeno previsto no projeto, a tendência é que essas famílias pegarão esse valor – que é baixo, considerando os preços atuais dos imóveis em São Paulo – e irão provavelmente ocupar outras áreas de risco.

Assim, criaremos novos problemas, e não uma solução definitiva. Pior: a família que for beneficiada por esse projeto não poderá ser beneficiária de outros programas da Prefeitura, como se fosse possível alguém receber uma indenização por ser retirada de seu imóvel, ainda que seja uma área de risco, e resolver seu problema sem recorrer a um programa da Prefeitura. O beneficiário será proibido de se inscrever em qualquer programa da Prefeitura. Isso é justo? Isso gera justiça?

Tínhamos a expectativa de que esse projeto, ao tramitar pela Câmara Municipal de